



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 31/XII/ 1.^a SL

Aos 9 dias do mês de Novembro de 2011, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte ordem do dia:

15:00 horas

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Apreciação e votação do parecer sobre o Relatório Anual de 2010 do Provedor de Justiça, nos termos do n.º 2 do artigo 238.º e do n.º1 do artigo 239.º do RAR - Relator - Deputado João Oliveira (PCP);**
- 3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Resolução n.º 6/XII/1.^a (GOV) - "Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República Argentina sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Lisboa, em 6 de Outubro de 2008", nos termos do n.º 2 do artigo 198.º e do n.º 1 do artigo 199.º do RAR - Relator - Deputado João Lobo (PSD);**
- 4. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;**
- 5. Apreciação e votação de relatórios de iniciativas europeias;**
- 6. Outros assuntos.**

17:30 horas - Audiência do Conselho Superior da Magistratura sobre a Proposta de Lei n.º 27/XII/1.^a (GOV) - "Aprova o Orçamento do Estado para 2012", no que respeita às alterações propostas ao Estatuto dos Magistrados Judiciais (Lei n.º 21/85).

Aberta a reunião e não havendo iniciativas legislativas para distribuir, o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão (PSD), deu a palavra ao Senhor Deputado João Oliveira (PCP), para apresentação do parecer sobre o Relatório Anual de 2010 do Provedor de Justiça, nos termos do n.º 2 do artigo 238.º e do n.º1 do artigo 239.º do Regimento da Assembleia da República.

Após apresentação do parecer pelo Relator, intervieram os Senhores Deputados Teresa Anjinho (CDS/PP), Manuel Meirinho (PSD), Elza Pais (PS) e Cecília Honório (BE), que cumprimentaram o Relator pela qualidade do documento apresentado e



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 31/XII/ 1.ª SL

comentaram alguns aspectos nele focados, tendo ainda destacado alguns elementos do relatório do Provedor de Justiça. O parecer foi, por fim, aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Em seguida, foi apreciado o parecer sobre a Proposta de Resolução n.º 6/XII/1.ª (GOV), que "*Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República Argentina sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Lisboa, em 6 de Outubro de 2008*", elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 198.º e do n.º 1 do artigo 199.º do RAR. O respectivo Relator, Senhor Deputado João Lobo (PSD), apresentou brevemente o seu parecer, a enviar à Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, que foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Em seguida, foi apreciado o parecer sobre o Projecto de Lei n.º 92/XII/1.ª (PCP), que "*Reforça a protecção das vítimas de violência*", que foi apresentado brevemente pela respectiva Relatora, Senhora Deputada Maria Paula Cardoso (PSD), tendo as respectivas partes I e III sido aprovadas por unanimidade, com ausência do PEV, após um breve debate em que intervieram os Senhores Deputados António Filipe (PCP), Teresa Anjinho (CDS/PP) e Isabel Alves Moreira (PS).

No quarto ponto da ordem de trabalhos, teve lugar a apreciação do relatório final da Petição n.º 161/XI, da iniciativa de Sandra Cristina Silva Costa e outros (num total de 31.500 subscritores), que "*Solicitam a ratificação da Convenção do Conselho da Europa contra a exploração e o abuso sexual de crianças e a adopção de medidas de prevenção e combate ao tráfico sexual de crianças e jovens*". Após a sua apresentação pela Relatora, Senhora Deputada Elza Pais (PS), e um debate em que intervieram os Senhores Deputados Carlos Peixoto (PSD) e Teresa Anjinho (CDS/PP), o relatório foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Foram ainda apreciados os relatórios das iniciativas europeias [COM (2011) 309 final e SEC (2011) 663 final] "*Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho com base no artigo 9º da Decisão-Quadro 2003/568/JAI, do Conselho, de 22 de Julho*



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 31/XII/ 1.ª SL

de 2003, relativa ao combate à corrupção no sector privado” e [COM (2011) 320 final] “Proposta alterada de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece as normas em matéria de acolhimento dos requerentes de asilo (reformulação)”, que foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV, após terem sido apresentados pelos respectivos Relatores, Senhores Deputados Paulo Ribeiro (PSD) e Maria Paula Cardoso (PSD).

Por fim, foi apreciado o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição do Juiz Desembargador Orlando dos Santos Nascimento, na qualidade de Inspector-Geral da Administração Local, acerca de comentários relativos às alegadas causas da extinção daquele organismo e sua integração na Inspeção Geral de Finanças e sobre a actuação de uma invocada “associação de autarcas” e seus reflexos no combate à corrupção.

Intervieram no debate os Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS), que apresentou o requerimento, Carlos Peixoto (PSD), António Filipe (PCP), Cecília Honório (BE) e Teresa Anjinho (CDS/PP). O requerente explicou que as afirmações que justificavam a audição eram da maior gravidade, em particular tendo em conta as preocupações expressadas por todos os Grupos Parlamentares na Comissão Eventual para o Acompanhamento do Fenómeno da Corrupção da passada Legislatura e cujo trabalho teria sequência no grupo de trabalho sobre a matéria constituído actualmente na 1.ª Comissão. Considerou que o que estava em causa era saber, no âmbito da fiscalização da actividade do Governo, se a extinção da IGAL favorecera ou não o aumento da corrupção. Os Senhores Deputados António Filipe (PCP) e Cecília Honório (BE) manifestaram que votariam favoravelmente o requerimento, não só atenta a discrepância entre as declarações prestadas por este responsável na referida Comissão Eventual (não tão catastrofistas) e os comentários ora publicados, considerando ainda de todo o interesse conhecer o destino da IGAL.

O Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) disse que o seu Grupo Parlamentar não acompanhava a pretensão, uma vez que o que se pretendia era que fossem dissecadas as causas da extinção do organismo, as quais apenas poderiam ser esclarecidas pelos membros do Governo responsáveis.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 31/XII/ 1.ª SL

No final do debate, o requerimento foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS/PP e a favor do PS, PCP e BE.

Pelas 17h30, teve início a audiência solicitada pelo Conselho Superior da Magistratura sobre a Proposta de Lei n.º 27/XII/1.ª (GOV) - "Aprova o Orçamento do Estado para 2012", no que respeita às alterações propostas ao Estatuto dos Magistrados Judiciais.

Após uma intervenção inicial do Senhor Presidente do Conselho Superior da Magistratura (Conselheiro Noronha do Nascimento) e do seu Vice-Presidente (Conselheiro Bravo Serra), usaram da palavra, para colocar questões, os Senhores Deputados Ricardo Rodrigues (PS), Carlos Peixoto (PSD), Teresa Anjinho (CDS/PP) e Cecília Honório (BE), aos quais os representantes do Conselho Superior da Magistratura responderam.

No final, após a audição, foi fixada a redacção final do texto que texto que "Aprova a Lei da Arbitragem Voluntária" [Proposta de Lei n.º 22/XII/1.ª (GOV)], sem votos contra, registando-se a ausência do PEV.

Palácio de São Bento, 9 Novembro de 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: Aprovada em 7-12-2011



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ACTA NÚMERO 31/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Lobo
João Oliveira
Jorge Lacão
Luís Pita Ameixa
Manuel Meirinho Martins
Maria Paula Cardoso
Paulo Simões Ribeiro
Ricardo Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
António Filipe
Elza Pais
Margarida Almeida
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Velosa

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira